

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 01/2017 DE 06 DE JANEIRO**

Aos **seis** dias do mês de **janeiro** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, a Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.ª Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 03 de janeiro de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.ª Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia o Sr. Presidente desejou à Vereação votos de um Bom Ano de 2017, no que foi retribuído pelos membros do Executivo. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo das atas da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezasseis de dezembro de 2016**, aprovada e assinadas em minuta na própria reunião.-----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 15.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 16.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19 de dezembro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Conhecimento da 16.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 17.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de dezembro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **c) Conhecimento da 17.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 18.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 28 de dezembro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **d) Joana Patrícia de Jesus Pinto Cardoso, de Alhais** - Por requerimento registado em 22 de dezembro de 2016, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 03 de setembro de 2016, de segundo descendente, Duarte Pinto Cardoso – Informação N.º 115-USC-16 de 29 de dezembro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **e) Grupo Cénico Cultural e Recreativo de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício registado em 21 de dezembro de 2016 solicitam subsídio para fazer face a diversas despesas com a organização e realização do Festival do Pão e Festival de Folclore em Vila Cova à Coelheira.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil duzentos e cinquenta euros, a processar no corrente mês de janeiro.-----

----- **f) Associação “Os Queiriguenses”, de Queiriga** – Por ofício registado em 21 de dezembro de 2016 solicitam apoio financeiro e material para a realização do I TRAIL Queiriga, a realizar no dia 12 de março de 2017. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros, a processar no mês de março de 2017, e autorizar o apoio logístico necessário à realização do evento. -----

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **g) Casa do Povo do Concelho de Vila Nova de Paiva** – Por carta JA\_H4/16, datada de 13 de outubro de 2016, registada em 13 de dezembro de 2016, solicitam, na sequência de contactos havidos, a possibilidade de prosseguimento de protocolo de cooperação para os próximos dois anos, no valor de quinze mil euros anuais – Informação N.º 01-USC-17, de 03-01-2017 da Unidade Social e Cultural (USC) – Apreciação e aprovação de minuta do protocolo de cooperação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e atendendo a que o término do mandato autárquico ocorre em 2017, deliberado por unanimidade autorizar a celebração de protocolo para a época de 2016/2017 (de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017), concedendo um apoio financeiro de dezasseis mil euros a processar em quatro prestações trimestrais, sendo a primeira no corrente mês de janeiro. -----

----- **h) Carreiras de serviço público de transporte de passageiros de âmbito municipal** – Validação de três carreiras de âmbito municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 6.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado em Anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, validadas em 7 de dezembro de 2016 no SIGGESC (Sistema de Informação de Gestão de Carreiras), realizadas pela transportadora TRANSDEV INTERIOR, S.A., de Castro Daire – Informação n.º 84-AB/16, de 30 de novembro de 2016, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Carreiras 4347 – Pendilhe/Vila Nova de Paiva, 7719 – Lousadela/Vila Nova de Paiva e 7720 – Touro/Vila Nova de Paiva. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após alguns esclarecimentos adicionais prestados pelo Sr. Presidente, deliberado por unanimidade validar as referidas carreiras comunicadas em sete de dezembro de 2016 no SIGGESC. -----

----- **i) Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, introduzida pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto** – Aprovação de nova minuta do contrato de arrendamento de habitação social a utilizar no arrendamento apoiado de habitações sociais municipais – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 3 de janeiro de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 4 de março de 2016, foi aprovada a minuta do contrato de arrendamento de habitação social em regime de arrendamento apoiado e minuta de*

*aditamento ao contrato para as situações de alteração da composição do agregado familiar, conforme n/ Proposta datada de 26 de fevereiro de 2016.*

*2. Aquela minuta foi elaborada com base no regime do arrendamento apoiado para habitação social aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, entrada em vigor no dia 1 de março de 2015, que revogou a legislação então vigente do regime da renda apoiada, nomeadamente a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio.*

*3. Entretanto foi publicada a Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, que introduz significativas alterações e republica a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, de que se destacam as seguintes:*

*i) Da definição de dependente desaparece agora a obrigação de frequentar estabelecimento de ensino, sendo agora entendido como o elemento do agregado familiar que seja menor ou, que, tendo idade inferior a 26 anos, não aufera rendimento mensal líquido superior ao indexante dos apoios sociais, conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º;*

*ii) Para efeitos de determinação do rendimento mensal corrigido é introduzido o conceito de família monoparental, nos termos da subalínea vi) da alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º;*

*iii) A fórmula de cálculo do valor da renda passa a ter em consideração o rendimento mensal líquido e não o rendimento mensal bruto, entendido como o duodécimo da soma dos rendimentos anuais líquidos de todos os membros do agregado familiar e obtido de acordo com as subalíneas i) e ii), da alínea f), do número 1 do artigo 3.º;*

*iv) Passa para 10% a percentagem de dedução para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, nos termos da subalínea v) da alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º;*

*v) Taxa de esforço máxima de 23% nos termos do novo artigo 21º-A;*

*vi) Findo o prazo do arrendamento de dez anos a que se refere o art.º 19.º, o contrato passa a renovar-se, automaticamente, por igual período, quando anteriormente era renovado por períodos sucessivos de dois anos. É revogada a possibilidade de denúncia do contrato antes do prazo.*

*vi) É aditado o artigo 24.º-A, que elenca as obrigações dos senhorios, designadamente:*

*– Assegurar a realização de obras de conservação, reabilitação e beneficiação dos edifícios e frações, pelo menos uma*

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*vez em cada período de oito anos e sempre que se verifique a sua necessidade, assumindo os encargos correspondentes;*

*– Garantir a manutenção das condições de segurança, salubridade, conforto e arranjo estético dos edifícios e das habitações;*

*– Assumir os encargos e despesas referentes à administração, conservação e fruição das partes comuns do edifício;*

*– Promover a participação organizada dos arrendatários na administração, conservação, fruição e gestão das partes comuns do edifício.*

*4. Como da aplicação da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, resultam alterações (diminuições) ao valor das rendas em vigor nos contratos de arrendamento em vigor de habitações sociais do Município, a produção de efeitos desta lei reporta-se a 1 de janeiro de 2017, data da entrada em vigor do orçamento municipal, como decorre do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 11.º da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.*

*5. Importa assim reformular as minutas dos contratos de arrendamento acima referidas de maneira a conformá-las com as alterações introduzidas ao regime do arrendamento apoiado pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.*

*Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a nova minuta anexa de contrato de arrendamento de habitação social em regime de arrendamento apoiado, e a minuta anexa de aditamento ao contrato de arrendamento para as situações de alteração da composição do agregado familiar, a utilizar nos arrendamentos efetuados pelo Município de Vila Nova de Paiva ao abrigo do regime do arrendamento apoiado com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2017.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita, e as minutas anexas à mesma. -----

----- **j) Atribuição de Habitações Sociais Municipais do Bairro Mártir São Sebastião e do Bairro Social do Outeiro do Facho, em Vila Nova de Paiva –** Informação n.º 51-SASS-16, de 13 de dezembro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- Na sequência do procedimento de concurso por classificação para atribuição de fogos municipais de habitação social aberto por deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 20 de novembro de 2015, foi aprovada na reunião ordinária de 17 de junho de 2016 a lista de classificação final e atribuídas três habitações sociais, sendo aquele procedimento válido quer para as habitações a

concurso quer para as que vagassem no período de um ano contado da data de afixação do Edital de Abertura do procedimento (25 de novembro de 2015). -----

----- Conforme informação supra, naquela lista constam a seguir na respetiva ordem de atribuição, os agregados familiares de Tiago Emanuel Amaral Rodrigues (3 membros) e de Magda Teresa Santos Silva (4 membros), pelo que, nos termos regulamentares e legais previstos, é proposta a atribuição de uma habitação social de tipologia T3 ao Sr. Tiago Emanuel Amaral Rodrigues, sita no Bairro Social Mártir São Sebastião, n.º 6, com uma renda correspondente a 1% do Indexante de Apoios Sociais (IAS) e uma habitação social de tipologia T4, sita na Rua Outeiro do Facho, n.º 6, do Bairro Social do Outeiro do Facho de Vila Nova de Paiva, com uma renda de € 14,17 (catorze euros e dezassete cêntimos). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apesar de já ter sido ultrapassado o prazo de validade do procedimento, mas dadas as necessidades sociais a nível habitacional, deliberado por unanimidade atribuir as habitações sociais em causa aos candidatos referidos com os valores de renda determinados na informação acima referida, devendo ser celebrados os respetivos contratos de arrendamento. -----

#### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Ao abrigo do n.º 6 do artigo 49.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da sessão. -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o único elemento do público presente, Sr. Acácio Rodrigues da Fonseca, de Vila Nova de Paiva, que pretendeu esclarecimentos sobre as intenções da Câmara Municipal e do seu Presidente relativamente às obras a levar a efeito na Avenida Padre José Sá Marques, na vila de Vila Nova de Paiva. -----

----- O Sr. Acácio Fonseca referiu que sabe de fonte segura que a Avenida Padre José Sá Marques, que tem nove metros de largura, vai passar a ter seis metros de largura com as obras que nela estão previstas, deixando assim de ser uma avenida para passar a ser uma viela. Discorreu o munícipe que, segundo a Wikipédia, “avenida” é o nome que se dá a uma via urbana de maior relevância numa cidade, às vezes constituída por duas vias, de forma a permitir grande circulação, enquanto que “viela” pode referir-se a rua quando esta é pequena e ou estreita. -----

----- Aquele munícipe, proprietário de uma loja de eletrodomésticos naquela avenida, declarou pretender intervir neste caso, porque não se quer acobardar de falar sobre estas questões e de se opor a estas decisões que entende não serem benéficas para a

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

vila e para as pessoas, não exercendo os seus direitos cívicos, como aconteceu com as obras na antiga Escola Primária de Vila Nova de Paiva, em que já não existe escola, que era um edifício de memória coletiva, para passarmos a ter um edifício em obras sem fim a vista e sem utilização, pelo que não quer que suceda o mesmo na Avenida Padre José Sá Marques. Propõe que o projeto para aquela avenida tenha uma ampla discussão pública. -----

----- O referido munícipe enumerou ainda alguns aspetos que considera negativos na realização daquelas obras, nomeadamente: -----

– O facto das obras previstas irem descaracterizar a vila, e tornar mais perigosa e intransitável a avenida ao reduzir a via de circulação de nove para seis metros de largura; -----

– Ao acabar com o estacionamento vai dificultar a vida às pessoas que aqui vivem, pois sem estacionamento as pessoas não vêm, vão diretamente para os centros comerciais pois há muito estacionamento; -----

– O concelho sofre de desertificação, pelo que é necessário dar condições às pessoas para viverem no centro, para não se verificar o que aconteceu nas grandes cidades em que ao proibirem o trânsito e o estacionamento, as pessoas abandonaram o centro;

– Viver no interior tem que ter vantagens em relação às grandes cidades, como, por exemplo, poder estacionar o carro à porta de casa e não ir estacionar longe; -----

– Para a ciclovía prevista propõe alternativas: fala-se tanto no Juiz de Barreiras, por que não a ciclovía passar na fonte em que o Juiz viu o homicídio e na casa onde viveu. -----

----- O Sr. Acácio Fonseca manifestou ainda que concorda que têm de ser melhoradas as passadeiras e ser limpas as sarjetas das águas pluviais, contudo alegou que temos más experiências das últimas obras realizadas na Vila, e que haverá certamente obras ou intervenções mais importantes que esta, como ter água de qualidade, pelo menos na cor e no sabor. -----

----- O munícipe terminou a sua intervenção agradecendo a possibilidade de o ter podido fazer, dizendo, por último, que é preciso fazer com que as pessoas que aqui vivem se mantenham por cá, e importa efetuar outras intervenções importantes, nomeadamente, restituir dignidade ao Rio Paiva, que faz parte da Rede Natura 2000, acabar e dar utilidade ao edifício da Biblioteca Municipal, acabar as obras da Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, iluminar a Variante Sul e outras. -----

----- Concluída a intervenção do Sr. Acácio Rodrigues da Fonseca, o Sr. Presidente da Câmara, face ao afirmado por este munícipe, esclareceu que as informações de que este dispõe não são fidedignas pela simples razão que ainda não foi elaborado, em

